APROVADA S/ RETIFICAÇÕES EM 15.06.99. [illegible]

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

A T A

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO QÜINQUAGÉSIMO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA.

Às nove horas do dia onze de maio de mil novecentos e noventa e nove, no Plenário **"ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO"**, sito na Avenida Ene Garcez, número mil duzentos e sessenta e quatro, na Cidade de Boa Vista, Capital de Roraima, deu-se a Vigésima Segunda Sessão Ordinária do Qüinquagésimo Primeiro Período Legislativo da Sétima Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência da Senhora Vereadora **SÔNIA MARIA BACELAR FERREIRA**, secretariada pelo Senhor Vereador **ANTÔNIO FRANCISCO BESERRA MARQUES,** que fez constar a presença dos seguintes vereadores: **ALFONSO RODRIGUES DO VALE, BRAZ ASSIS BEHNCK, EUGÊNIA GLAUCY DE MOURA FERREIRA, ILKA MACEDO MALLA, JESUS NAZARENO LARANJEIRA, MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA VENTURA, MARIA DE LOURDES PINHEIRO, NATANAEL ALVES DO NASCIMENTO, OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÊ, OTONIEL FERREIRA DE SOUZA, PARIMÉ BRASIL, TEREZA CRISTINA NOGUEIRA PAIM e VINGTUM GOUVEIA PRAXEDES.** Ausência justificada dos seguintes Vereadores: **JADER LINHARES e JOSÉ IVANILDO DE SOUZA PEREIRA.** Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a Sessão, passando-se em seguida para a **LEITURA DOS EXPEDIENTES**: **I - EXPEDIENTES ORIUNDOS DOS VEREADORES– Indicação n.º 217/99**, de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando da Secretária Municipal de Saúde, que estude a possibilidade de realizar cursos de Relações Humanas na família e no trabalho para os funcionários que trabalham no Posto de Saúde do 13 de Setembro. **Indicação n.º 227/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Municipal, que estude a possibilidade de realizar os serviços de terraplanagem e asfaltamento das Ruas S e R ambas no Bairro União. **Indicação n.º 228/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Municipal, que dentro das possibilidades seja realizado o asfaltamento da Rua S-13, no Bairro Pintolândia II. **Indicação n.º 229/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Comandante da Polícia Militar de Roraima, que estude a possibilidade de realizar Rondas Ostensivas no Bairro Nova Cidade. **Indicação n.º 230/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Municipal, que estude a possibilidade de realizar o asfaltamento da Rua das Margaridas no Bairro Pricumã. **Indicação n.º 231/99,** de autoria do Vereador Jesus Laranjeira, solicitando do Prefeito Municipal, que estude a possibilidade de realizar o asfaltamento da Rua Rio Verde no Bairro São Vicente. **Indicação 232/99,** de autoria do Vereador Otoniel Ferreira,

solicitando do Prefeito Municipal, a recuperação com serviços de drenagem terraplanagem e asfaltamento da Rua das Azaléias, localizada no Conjunto Pricumã. **Indicação nº 233/99,** de autoria do Vereador Otoniel Ferreira, solicitando do Prefeito Municipal, que estude a possibilidade de fazer a recuperação com serviços de drenagem terraplanagem e asfaltamento da Rua Travessa das Hortências, localizada no Conjunto Pricumã III. **Indicação n.º 234/99,** de autoria do Vereador Otoniel Ferreira, solicitando do Prefeito Municipal, os serviços de drenagem, terraplanagem, asfaltamento e iluminação pública da Rua Santa Rita, localizada no Bairro Cinturão Verde. **Indicação n.º 235/99,** de autoria do Vereador Alfonso Rodrigues, solicitando do Prefeito Municipal, que estude a possibilidade de realizar serviços de limpeza na Rua C-33 no conjunto Paraná. **Indicação n.º 236/99,** de autoria do Vereador Alfonso Rodrigues, solicitando do Prefeito Municipal, que estude a possibilidade de realizar serviços de limpeza na vala da Rua Z-07 no Bairro Jardim Equatorial I. **Indicação n.º 237/99,** de autoria da Vereadora Eugênia Glaucy, solicitando do Prefeito Municipal, que seja implantada na Rua Cerejo Cruz, Bairro Centro, a continuidade da obra de pavimentação asfáltica. **Indicação n.º 238/99,** de autoria da Vereadora Eugênia Glaucy, solicitando do Prefeito Municipal, os serviços de iluminação, limpeza e asfaltamento nas Ruas Itália, Holanda, Áustria, Peru e Paraná, retomada das obras de iluminação e asfaltamento na Rua X todas no Bairro Cauamé. **Indicação n.º 239/99,** de autoria do Vereador Otoniel Ferreira, solicitando do Prefeito Municipal, que seja feito o serviço de terraplanagem e asfaltamento da Av. Getúlio Vargas no trecho compreendido do Conjunto dos Executivos até as proximidades do CAT (Clube Atlético Telaima), no Bairro Paraviana. **Indicação n.º 240/99,** de autoria do Vereador Otoniel Ferreira, solicitando do Governo do Estado, "Que estude a possibilidade de ser reintegrado a Administração estadual a Escola Agrotécnica, transferida para a Universidade de Roraima, a qual se encontra desativada. **Indicação n.º 241/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Prefeito Municipal, que seja feita a manutenção na rede de esgoto pluvial na Rua Z-06 e Z-07 no Bairro Tancredo Neves. **Indicação n.º 242/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Comandante Geral da Polícia Militar de Roraima, Rondas Ostensivas diurnas e noturnas no Bairro Tancredo Neves. **Indicação n.º 243/99,** de autoria do Vereador Parimé Brasil, solicitando do Prefeito Municipal, que seja feita a manutenção na rede de esgoto pluvial na Rua João XXIII e Beneditinos no Bairro Aparecida. Após a Leitura dos Expedientes, passou-se para o **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra o Vereador **JESUS LARANJEIRA** – Bom dia a nossa Mesa Diretora, bom dia aos colegas Vereadores e Vereadoras, bom dia a distinta platéia onde a gente pode ressaltar a figura do radialista Osmar Noleto, que nos prestigia aqui e que apresenta pela TV Caburaí, o programa Roda Viva, meus Senhores e minhas Senhoras, aproveito essa oportunidade do Pequeno Expediente, para congratularmos, com a Mesa Diretora desta Casa, pela bonita festa oferecida as Mães que culminou, com um churrasco no Clube Telaima, onde todos participaram e que notamos a felicidade estampada no semblante de cada mãe, agradecemos, a Senhora Presidente, pela a iniciativa e almejamos que no ano que vem, as mães dessa Casa, tenham a homenagem merecida, quero também aproveitar o Pequeno Expediente para agradecer aos Vereadores Parimé Brasil, Lourdes Pinheiro, Alfonso Rodrigues e Antônio Francisco Beserra

Marques, por terem no momento difícil me acompanhado ontem quando fizemos o enterro do meu cunhado Jesus Alves Pereira, homem pobre que infelizmente o vício do alcoolismo e do tabagismo aceleraram a sua passagem por esse mundo cominando com sua morte no Hospital Coronel Mota, anteontem à noite, Zuca como era mais conhecido deixou viúva a Senhora Maria de Nazaré Barreto Fonteles Pereira, deixou 11 filhos e uma infinidade de netos, morreu aos 58 anos de idade quando ainda tinha tudo para trabalhar por essa terra que lhe serviu de berço que a morte do meu cunhado sirva de exemplo para aquelas pessoas que se dedicam ao vício da embriagues e do tabagismo que não leva a nada a não ser acelerar de maneira estúpida o fim da nossa existência aos colegas Vereadores que lá estiveram presentes, eu quero mais vez externar os meus agradecimentos e aqueles que não puderam ir, eu tenho certeza que por motivos superiores, também deixo o meu reconhecimento aqui e peço a Deus que recolha a alma do meu estimado cunhado, no lugar onde ele for merecedor, encerro as minhas palavras, deste o Pequeno Expediente, mais uma vez rogando a Deus, que no ano que vem nós possamos estar reunido para homenagear as mães que aqui trabalham. Com a palavra a Vereadora **SÔNIA BACELAR** – Senhores Vereadores, amigos que nos visita, funcionários e imprensa aqui presente, nossa passagem no Pequeno Expediente, é somente para agradecer aos Vereadores que colaboraram e fizeram, não mediram esforços para que a festa dos funcionários do dia das mães, se realizasse, foi uma festa muito bonita e a nossa satisfação maior foi sentir e ver em cada rosto a felicidade estampada, a festa só foi possível ser realizada com o apoio de todos nós, com o apoio da Prefeitura que nos ajuda, de alguns supermercados que nos ajudaram e nós somos muito grata a isto. Nós queríamos ainda dizer, que estamos mas uma vez encaminhando documento para o novo Comandante da Polícia Militar, parece até brincadeira, mas eu vou enumerar, se não for décimo, vai ser nono documentos que nós estamos pedindo, desde do início do nosso mandato, providência, não estamos pedindo para onerar nada, para construir nada, mas que usem os PMs Box, que já existem nos bairros da cidade, que coloquem policiamento, o espaço físico já existe, o pessoal existe, porque não reativar novamente, não é que a presença do policial vá terminar com a marginalidade, mas pelo menos vai inibir, minha gente num momento desse que nós estamos passando da crise, da violência o PM boxe na entrada do Bairro do Caranã, servi de bar, essa Vereadora já cansou de pedir, mas eu não vou parar por aí, vou aproveitar a mudança do Comando e pedir que o novo comandante se sensibilize e reabra novamente. O Jardim Primavera tem PM Box, o Caranã tem PM Boxe, vários bairros da cidade, não estamos pedindo muito, é um pouco que vai ajudar essa população, não é mais possível todos os dias, esses atos de violências no nosso Estado, ontem eu conversava com uma autoridade, e esta autoridade virou-se para essa Humilde Vereadora e disse, ora Vereadora a Senhora tem que ver que Roraima ainda está é bom, porque São Paulo morrem tantos, ora pelo amor de Deus, vamos deixar os outros Estados, vamos procurar trabalhar com a nossa realidade, eu não quero saber de São Paulo, de Rio de Janeiro, de Manaus, enfim fui eleita para defender o povo do meu Município e do meu Estado. Não vamos atrás de onde morre mais, onde morre menos. O nosso interesse é que pelo menos minimize um pouco esse atos tão agressivos. Nós, hoje, estamos vivendo dentro das nossas casas como uma prisão. Os bandidos estão tão

audaciosos que agora eles entram nas casa das pessoas, tiram o miolo da porta, entram vão no quarto, pegam a chave do carro carregam tudo o que tem dentro de casa e ainda levam no próprio carro. Sabe o que é isso? Falta de boa vontade das autoridades, porque se houver um pouco de boa vontade, com o pouco que se tem, se resolve. Aqui vai ficar o meu apelo, mas uma vez, ao novo Comandante da Polícia Militar, que pelo amor de Deus, reabra os PMs Box e que coloque segurança nas barreiras. Nós vamos terminar os nossos mandatos e se Deus quiser entrar em outro, pedindo a mesma coisa. Passei o final de semana novamente nas barreiras e não passei porque ia para nenhum lugar não, foi para fazer teste mesmo, peguei o meu carro e passei em todas as barreiras, nenhuma sequer o carro foi parado. Isto é brincadeira. Não adianta, mas um vez eu vou dizer o mesmo discurso. Não adianta botar homens nas ruas, não adianta botar viaturas, se não fizerem uma fiscalização nas nossas entradas e saídas do Estado, estão jogando dinheiro do povo fora. Muito obrigada. Vereadora **MARIA DA CONCEIÇÃO -** Senhora Presidente, Senhor 1° Secretário, Senhores Vereadores, imprensa, público aqui presente. Ocupo o Pequeno Expediente para falar um pouco da segurança e falar um pouco da Polícia Militar, porque todo mundo fala que a polícia não está na rua, muita gente fala que a polícia não atende aos chamados, críticas são enormes à polícia, mas ninguém ver o trabalho desses homens. Boa Vista cresce assustadoramente, Roraima também cresce, a população cresce, os municípios estão aí crescendo e ainda nascendo mais municípios. Mas o novo Comandante da Polícia, não tenho aqui nenhuma procuração para defendê-lo, mas quero falar por ele e pela Polícia Militar, porque eu trabalho e vivo sempre dentro da PM, porque vivo telefonando, vivo chamando, vivo pedindo quando acontece alguma coisa. E nunca em nenhum momento eu deixei de ser atendida ou o bairro onde eu estivesse deixasse de ser atendido conversando com o comandante agora, Comandante Wilson, ele falou que está mandando buscar aqueles sargentos que não estavam trabalhando, que estavam à disposição, não sei de quem, que estavam trabalhando todos soltos, que não estavam na polícia, mas que estão todos retornando, está colocando eles nas ruas, está colocando nos bairros, está começando à administrar, ele está apenas com 15 dias que está na polícia. Mas eu quero que vocês tenham um pouco de paciência, que a polícia está nas ruas, está trabalhando, agora ninguém pode culpar nem a Polícia Civil, nem a Polícia Militar de crimes que acontecem na cidade, ninguém pode culpar. Se o policial está trabalhando, eu não sei se tem alguém planejando roubar fulano de tal, no bairro fulano de tal, se está planejando matar fulano de tal. Quando ele chega às vezes, já aconteceu, porque eles já estavam brigando. Quando ligam para a Polícia, já está no meio da briga, o cara já roubou, mas a polícia está trabalhando, a gente tem que ver que eles estão trabalhando e dar um tempo para o Coronel Wilson para ele ajeitar a polícia, obrigada. Não havendo mais nenhum Vereador inscrito para o Pequeno Expediente, passou-se para o **GRANDE EXPEDIENTE**. Solicitamos ao Senhor Secretário, fazer a chamada dos Vereadores inscritos para o Grande Expediente. Vereador **ANTÔNIO FRANCISCO BESERRA MARQUES** –.Colegas Vereadores, pessoas aqui presente, o meu bom dia, usando aqui o Grande Expediente, eu gostaria de fazer duas considerações: uma primeira sobre o Projeto de lei, que a gente vai votar, criando uma Consultoria Jurídica, para a Prefeitura, eu acho que os colegas Vereadores, nós já discutimos essa

questão, já ouvimos várias opiniões e eu queria levantar dois dados e aí sinceramente para mim são dados substanciais em que Prefeitura diz uma coisa e depois faz outra, foi criada aqui por esta casa, uma Secretaria da Juventude e da Adolescência, até hoje essa secretaria não funciona, quando houve o veto no Projeto de Lei que apresentamos a esta Casa com incentivo a cultura e aí com audiência que tivemos com o Prefeito, ele deixou bem claro que o problema era finanças e não inconstitucionalidade, ficou claro que o problema era finanças, embora não existia problema de finanças naquele projeto, porque tinha um parágrafo que dava poder ao Prefeito de decretar quanto poderia ser gastos com incentivo a cultura e agora diante desse fato, chega um projeto de lei criando mais emprego na Prefeitura com o poder quase de secretaria, ora a Prefeitura não tem dinheiro, é toda vez esse discurso, no entanto, tá criando essa despesa, ela deveria tirar uma secretaria, alguns setores que não tão fazendo nada, teria que enxugar a máquina e não criar mais emprego, alegar que a Procuradoria Geral, o Procurador não tem tempo para Assessorar o Prefeito, a não ser que esses Procuradores estão fazendo outras coisas e não trabalhando como se deve, inclusive tem Procurador do Município que entra com uma ação, defendendo outras coisas particulares, porque é ilegal, então realmente eu não vou ter tempo para assessorar a Prefeitura, porque eles estão preocupados com outras questões e no entanto deveriam se dedicar exclusivamente ao Município e não ao partido político que ele pertence e sim defender os interesses do Município, que esse deve ser o papel da Procuradoria. Então eu queria adiantar que o meu voto vai ser contrário a esse projeto de lei, exatamente porque, vejo a dificuldade que a Prefeitura tem, embora esteja vendo a incoerência que a Prefeitura está tendo, alegando que não tem dinheiro, tendo uma secretaria já criada e não efetivada e no entanto se cria uma outra. Eu só posso pensar que para arranjar emprego para alguém que ainda esteja desempregado e aí arranjar emprego para um não resolve, devemos criar emprego mais para maioria da população. Segundo ponto, eu queria registrar aqui e lamentar mais uma vez a posição da nossa justiça, eu queria parabenizar o Ministério Público Estadual, que tem atuado dentro dos seus limites em defesa da sociedade e é para isso que o Ministério existe, queria parabenizá-lo. Agora queria lamentar a decisão de um Juiz que para mandar suspender uma taxa de iluminação pública que está sendo cobrada ilegal, claramente com todos as letras, ilegal, está sendo cobrada de forma ilegal, esse juiz se julga suspeito porque é usuário, ora, agora vai achar um juiz que more de baixo da ponte, que não pague taxa de iluminação pública, como é que vamos achar um juiz, que não é consumidor é lamentável esse tipo de atitude e mais lamentável é a atitude do próprio tribunal de ficar protelando e não determinar logo quem deve tomar essa decisão, daí hoje quem acompanha pela imprensa a Promotoria do Ministério Público, mandou suspender, eu queria lamentar também um comentário que saiu na imprensa que veio da BOVESA que diz que atitude que eu tinha tomado era uma atitude politiqueira, ora a gente cobrar o que é legal, a gente cobrar que seja cumprida a lei, a gente exige uma coisa que esteja prejudicando o consumidor que somos todos nós, que é toda a população, isso é politiqueiro, isso é politicagem, agora aumentar a taxa de iluminação pública mais de 500% cobrar ilegalmente na conta de luz, eu vou chamar de quê? De roubo, de assalto ao povo que já não tem o que comer, eu vou chamar de quê? Eu vou dizer que a BOVESA está fazendo o quê? Olha gente tudo aquilo que apresentamos

como denúncia, nós mostramos no papel, nós mostramos porque as pessoas chegaram a gente, olha tem um exemplo de um prédio aqui no centro que tem 16 apartamentos e que eles estão pagando por mês 200 UFIR e o limite de taxa de iluminação pública pelo código Tributário não pode ultrapassar 250 UFIR, então isso é uma ilegalidade ou não é uma ilegalidade, a portaria 466 que diz que só pode cobrar alguma coisa na conta de luz se for autorizado pelo consumidor e estão cobrando sem autorização do consumidor isso é ilegal ou não é ilegal. Com aparte o Vereador **OTONIEL FERREIRA** – Eu quero dizer o seguinte: Independentemente do acréscimo nos valores cobrados da iluminação pública onde existe ainda, tem um fato mais grave ainda é exatamente a cobrança de iluminação pública onde não existe nenhuma lâmpada para iluminar a rua de qualquer cidadão, ou seja, tem uma rede de energia elétrica sem qualquer luminária para atender, ou seja, essa denominação de iluminação pública e também está sendo cobrado além da exorbitância do valor ainda se cobra onde não tem a prestação do serviço, então dentro da tônica eu quero parabenizar Vossa Excelência, entendo até que o Ministério Público teve muita coragem, muito arrojo e assim determina, sem que antes saísse a sentença judicial, até porque o Ministério Público exerceu a sua atividade em interpor em juízo a ação pedindo a suspensão e em virtude da ausência de uma sentença prolatada pela Justiça, o Ministério Público foi diretamente ao responsável e pediu para que fosse suspensa essa cobrança pela sua ilegalidade, ou seja, o Ministério Público já está prevendo que sentenças futuras devam sair em atenção a proposta da ação por ele empetrada perante a Justiça, parabéns Vereador, é assim que nós vamos fazer, o que o Estado não está fazendo, a Assembléia Legislativa está se escondendo por de trás de suas mesas, a Assembléia Legislativa está se omitindo de fiscalizar a prática que o Estado vem lesando o Patrimônio Público e a Câmara está fiscalizando os atos errados do Executivo Municipal. Continuando o Vereador **Titonho** - obrigado Vereador e queria concluir dizendo que a próxima nós já estamos pesquisando é uma taxa que a própria CAER está cobrando inclusive nós vimos mais especificamente no bairro 13 de Setembro e a gente já fez um pronunciamento aqui, colocando isso que o Conselho da CAER deliberou que a taxa de esgoto deverá ser cobrada 80% do consumo de água e nós conhecemos lá uma Senhora que ela lava roupa e uma das conta dela veio cento e vinte reais, ora a coitada não deve receber nem cento e cinqüenta reais pela lavagem de roupa que faz e teve que pagar cento e vinte reais, porque na hora que a tua conta de água der cem reais, 80% você tem pagar de taxa de esgoto, vai para cento e oitenta reais, é quase o mesmo consumo e descontado na conta de água também, então nós já estamos procurando pesquisando essa questão e vamos entrar pedindo também a suspensão dessa taxa de esgoto, que é um esgoto feito com o dinheiro público, com o dinheiro que é do povo e depois não quero dizer que a gente não pague uma taxa para manter o esgoto para fazer manutenção e etc., só que pagar uma taxa é uma coisa, pagar 80% de um consumo aí já é um assalto a mão armada, aí já não é mais uma taxa, então a gente vai procurar está atento a essas coisas e lamento que a BOVESA, que não está sabendo o que faz, não explica de onde tirou a legalidade desse reajuste, a Prefeitura também não explica e aí o que a gente pode fazer? A gente tem que pedir a suspensão e que seja apurado o que está sendo feito e que seja cobrado aquilo que é legal e aquilo que as pessoas tenham condições de pagar, nós não estamos aqui pregando, que

agora ninguém vai ter que pagar nada, é para a Prefeitura que não tenham mais que contribuir com seus tributos, eu acho que qualquer cidadão no pleno exercício da cidadania sabe que ele tem os seus direitos, mas eles tem os seus deveres também com o Município e com o Estado agora dentro disso, vamos obedecer aquilo que é legal, porque infelizmente o que é legal só funciona quando é contra o pequeno, quando é a favor dele dificilmente, o que a gente ver é juiz se negando a dar uma sentença, dar um direito líquido e certo, não tem, nem o que discutir, não tem nenhuma discussão, no entanto um juiz vem dizer que é usuário e se julga suspeito de dar uma liminar é suspendendo uma coisa que é legal, era só isso que eu tinha para colocar hoje. Com a palavra o Vereador **OTONIEL FERREIRA** - Senhora Presidente, Senhores e Senhoras Vereadoras, distinta platéia, membros da imprensa, minhas Senhoras e meus senhores, Senhora Presidente primeiramente eu quero com bastante tristeza, falar sobre uma questão muito séria na cidade de Boa Vista e a matéria do jornal o Diário de Roraima, traz aqui na página 04, Caixa Econômica Federal vai leiloar 17 imóveis na cidade de Boa Vista este mês, por quê? Pela a inadimplência, ora se ninguém sabe, seria muito interessante saber que nós temos em déficit habitacional na cidade de Boa Vista na ordem de 16,5%, ou seja, 16,5 da população de Boa Vista mora de aluguel, mora mal e todo cidadão brasileiro, tem uma meta de vida que é a sua casa própria, uma residência, então dentre os contratos firmados pela Caixa Econômica Federal, com a expedição das cartas de crédito, 80% desse povo lamentavelmente está inadimplente inclusive fazendo com que a Caixa Econômica Federal, suspenda quase que costumeiramente novas expedições de cartas de crédito à pessoas interessadas, o porque disso, ora o leilão e eu na qualidade de leiloeiro público oficial do Estado, poderia me sentir muito a vontade, porque em cima desse fato independentemente se ser ou não a realizar esse ato público, quero dizer que o que me preocupa é exatamente ver mais uma família, vai fazer um número no índice, já assustador de 16.5% sem a sua casa própria, ora, dentro do Banco do Brasil e da própria Caixa Econômica Federal tem linhas de crédito com juros subsidiados para fazer face a tantas outras atividades comerciais, empresariais, industriais que as pessoas podem usar desde que evidentemente a garantia real, o que eu quero dizer com isso é chamar à atenção para esse fato, será que o Governador do Estado não poderia ao analisar que mais uma família está indo para o olho da rua, que independentemente de ser um constrangimento muito grande para uma família, ver o seu imóvel a onde ele durante alguns anos reside com sua família, ser levado a praça pública, num leilão e ela ser colocada no olho da rua; tem o outro lado da moeda, que é a questão social, então o Governador do Estado pode se quiser fazer uma renegociação dentro desse plano, dando a essas pessoas uma oportunidade para estender um pouco mais, esses financiamentos, reduzindo inclusive as prestações para evitar que famílias passem a morar debaixo da ponte, provavelmente é a própria ponte que o Vereador Titonho falou, alguém vai morar debaixo da ponte novamente, ou seja, o Governo do Estado a alguns anos atrás tinha um programa extremamente importante, conjuntos habitacionais, nós temos conjuntos habitacionais que nós começamos, como o Conjunto de Executivos no Caçari, depois tivemos os Conjuntos Habitacionais do Cambará, tivemos os Conjuntos Habitacionais do Mecejana, Conjuntos Habitacionais do Pricumã, tivemos os Conjuntos Habitacionais do

Paraná, tantos outros, oferecendo condições mínimas necessárias para alguém, até habitar, Conjunto Caimbé, que me desculpe, esqueci, então eu acho que o Governo do Estado retraiu, esqueceu a classe mais pobre, a mais necessitada e permitiu com que, ou permite com que hoje bens móveis sejam levados a praça pública e uma família jogada na rua, a gente lamenta profundamente, porque está comprovado que o Governador do Estado, Dr. Neudo Ribeiro Campos, pessoa pela qual prezamos estima e respeito, mas não exerceu nas suas administrações, na primeira e nessa que continua, nenhuma Política de Desenvolvimento Social, em qualquer área inclusive na área habitacional, seria interessante inclusive que o Governador observasse esses aspectos, quem não gostaria de morar numa casa própria, puxa vida como é bom você ser detentor do seu próprio bem imóvel, é um local sagrado da família, que é a sua residência e o Governador lamentavelmente, tem vendado os olhos para essas camadas sociais mais pobres, esses Senhora Presidente, era um tópico de nossa humilde fala na manhã de hoje, mas nós temos em mão aqui o Jornal a Folha de Boa Vista, e gostaríamos da permissão de Vossa Excelência para ler o que está aqui inserido no Bom Dia da Parabólica, veja só Senhora Presidente como as coisas são sérias, como todos os seus antecessores o Governador Neudo Campos, do PPB, conta com o apoio da esmagadora maioria dos políticos com mandato nesta Estado, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores e Prefeitos roraimenses fazem parte de um caldo de cultura política, baseado num fisiologismo atávico cuja a sobrevivência está ligada a prestação de favores e privilégios a eleitores, o que só é possível através das estruturas de Governo, para se prestar a tal, o Governo Estadual as Prefeituras e as representações do Governo Federal no Estado, tem que ser necessariamente viciadas e corrompidas, esses apoios de políticos estaduais com mandato ao Governador de plantão é no entanto aparente, apesar de todos Deputados Federais, Estaduais, Vereadores, Prefeitos e Prefeitos, o Governador Neudo Campos parece sozinho, o recente episódio da apreensão de documentos da CER, demostra isso que estamos dizendo, visivelmente irritado, descontrolado e seguro, o Governador convocou uma entrevista coletiva para condenar a decisão do Juiz Federal Helder Girão Barreto e de sobra a sacar grave acusações contra seu adversário político, ora será que o Governador não tem parlamentares dispostos a defendê-lo, fazendo como faz Neudo, deixa passar a impressão de que seus companheiros e correligionários são parceiros até "certo ponto", é fácil prevê que na hora do aperto, muitos dos que participam do banquete hoje, não tem qualquer constrangimento em abandonar a mesa, olha, eu quero mas uma vez parabenizar o Dr. Getúlio Alberto de Souza Cruz, que escreve o Bom Dia da Parabólica, olha eu nunca pude imaginar e nunca vi, uma coisa tão correta desse jeito, eu entendo inclusive e toda a sociedade brasileira também assim entende, que o Parlamento Federal, Estadual e Municipal, tem suas funções precípua que é fiscalizar os atos dos seus mandatários, se a Assembléia Legislativa estivesse composta de Deputados independentes, de Deputados Estaduais que zelassem pelo bem público, com certeza não teriam permitido o escândalo da CODESAIMA, não teriam permitido essa imoralidade na Centrais Elétrica de Roraima (CER), isso daí é uma vergonha, agora evidentemente que a maioria deles, eu queria fazer uma ressalva aqui e excluir quando falo a Assembléia Legislativa, queria excluir aqui o nome do Deputado Iradilson Sampaio, que não faz, não

compactua com esse tipo de corrupção, me desculpe Presidente, o Deputado Iradilson, todas as vezes, tantas e quantas necessárias for, vai a Tribuna da Casa, denuncia, requer abertura inclusive de Comissões Parlamentares de Inquéritos a fim de evitar que seja delapidado o bem público e que pelo ralo corra o dinheiro que nós contribuintes pagamos para tê-lo de volta com investimentos em Saúde, Educação, Transporte, Habitação, inclusive, por essa razão eu quero registrar aqui que o Deputado Iradilson Sampaio, estar fora desse tipo de caluio eu quero ação inclusive mais enérgica, mais própria do Poder Legislativo Estadual, porque não determinam, porque abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, agora eu quero chamar a atenção para mais um fato, esse regionalismo exacerbado no Poder, está demonstrando que não foi uma boa opção, é extremamente vergonhoso para mim que sou Maranhense, mas aqui erradicado já a 32 e dois anos acompanhando passo a passo o andamento o crescimento desse Estado, que desde 1982 faço parte como homem político, agora quem não gostaria de ver o Estado administrado polo filho do próprio Estado, todos nós gostaríamos de ver, agora todos nós hoje estamos com vergonha de ter a frente do Estado um filho de Roraima, permitindo tanto escândalo, tanta imoralidade, tanta indecência, tanta corrupção e ainda tem a coragem até a insensatez de através de meios de comunicações, fazer acusações sérias gravíssimas contra a oposição, de que nós estamos importando bandidos do Ceará, do Maranhão, do Piauí, de Pernambuco, de Alagoas, do Amazonas, do Pará, em fim de todos outros cantos do Brasil, para roubar, para assaltar os cofres públicos, Senhor Governador, respeite pelo menos aqueles que para aqui vieram com intuito e objetivo de dar a sua parcela de contribuição para esse Estado, como já fizeram a Dona Lourdes Pinheiro, como já fizera em vem fazendo Alfonso Rodrigues, Conceição Ventura, Vingtun Praxedes, Otília Pinto, esse humilde Vereador Otoniel, Cristina Paim e tantos outros, como fizera tantos humildes bardas territoriais, ainda época do Ex-Território Federal, isso é vergonhoso e dói muito aqui no fundo do meu coração, porque os meus filhos são roraimenses, e eu gostaria de vê-los evidentemente ocupando os espaços que no futuro com certeza serão à eles destinados, como todos o amigo Parimé Brasil, que tem uma prole muito bonita de homens e mulheres que procuram ocupar esses espaços e que amanhã quando nós colocarmos em Praça Pública um roiramense para disputar uma cadeira dentro do Executivo, a maioria do povo que aqui habitam, torce a cara quando se fala roraimense no poder, nunca, jamais nós temos exemplos por aí, horríveis, exemplos que magoam e que chocam à todos nós Senhor Governador, eu quero transmitir à Vossa Excelência uma mensagem de Fé, uma mensagem de Esperança para que Vossa Excelência calmamente, distante desses puxa saco, que ficam usufruindo do bom e do melhor, que ficam inclusive compartilhando de dilapidação do Patrimônio Público, provavelmente Vossa Excelência sozinha, possa fazer uma reavaliação e exonerar todos que lhe cercam, começando a modificar, que prata da casa, somente prata da casa não obra milagre, eu acho que tem evidentemente sim, homens honesto, capazes inclusive de exercer atividades públicas dentro do Governo Estadual, Municipal, Federal, entretanto quando você vê num cara, quando você vê um homens puxando o saco do seu chefe, é desqualificado profissionalmente e não tem onerabilidade, não tem moral e consequentemente é mais um corrupto para exercer atividades e o que se vê hoje na

CODESAIMA e o que se vê hoje na CER, é um exemplo tácito e incontestável, eu entendo inclusive eu quero chamar a atenção dos meus colegas Vereadores de que desse jeito, nós não podemos esperar par perspectivas melhores no amanhã, o Estado está podre, está caindo aos pedaços, a corrupção norteia por todos os lados, gente que assumi o Poder muito recentemente a menos de quatro anos, hoje são detentores de fortunas incalculáveis e não sabemos as suas origens, ora eu chamo a atenção inclusive para a Polícia Federal, para a Receita Federal, fazer aí uma varredura na origem dos bens desses homens, gente que não tinha uma bicicleta par andar a quatro anos atras, hoje são proprietários de grandes glebas de terras, grandes fazendas e outros bens patrimoniais, aqui e fora do Estado, eu acho que essa CPI dos bancos lá em Brasília, é fichinha para que aqui acontece em Roraima, é preciso que se faça um trabalho mais sério e as autoridades do meu Estado, especialmente o Ministério Público, a Delegacia da Receita Federal e a Polícia Federal, tentar dar um basta nisso, muito obrigado. Com a palavra a Vereadora **EUGÊNIA GLAUCY** - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores e demais aqui presentes, eu gostaria de me dirigir ao Ilustre Vereador Otoniel, pedindo desculpas por tentar interpelar no seu pronunciamento, mas só no mesmo contexto ele fez uma colocação interessante no que diz respeito dessas pessoas que rapidamente apareceram como ricos na sociedade, que não sabíamos que não eram pessoas que estavam lutando, trabalhando, eram pessoas aparte pela própria opção de estarem a parte na sociedade e que hoje estão aí emergindo com uma riqueza enorme, isso realmente é o retrato desse coliseu que foi criado pelo Estado de Roraima, é um Coliseu, Nero já tem, só falta realmente uma lira, mais que é um Coliseu, é, bom, nós estávamos fazendo um comentário, semana passada ainda dentro do contexto da violência urbana, ainda dentro do contexto da atuação do Poder Público nas políticas que venham modificar a situação da criança, do menor e do adolescente nas ruas de Boa Vista, mas continua inerte, continua o Poder Público sem nenhuma política específica para resolver esse problema, nós só temos a lamentar e hoje vocês podem ver os jornais, gangues de crianças assaltando pessoas na rua, isso é uma doença social, essa proliferação de gangues é a prova do desequilíbrio que os serviços públicos estão passando porque não tem capacidade de atender a família e os nossos tributos são como disse o Vereador Otoniel, são dilapidado na mão dessas pessoas, desses corruptos imorais que desviam o dinheiro público e que de repente aí, como melhoraria as custa de nossos tributos, realmente ele fez uma colocação devida e eu quero concordar com ele essa falta de políticas públicas na assistência à adolescência e ao menor é justamente onde faz falta esse dinheiro, porque nós tributamos, nós pagamos impostos por tudo, a falta desse trabalho é falta de responsabilidade e falta de vontade política dos gerentes públicos com relação ao problema e na verdade é a falta de sensibilidade a essa doença social que está cometendo hoje a conjuntura é de se discutir e de se dá opiniões, na verdade eu acho que toda a sociedade civil, deveria se mobilizar para tentar modificar essa situação, uma vez que o poder público está inerte, está inoperante eu acho que nós vamos iniciar uma campanha, eu até sugiro aos Senhores Vereadores e as Senhoras Vereadoras que depois a gente discuta para se juntar com a sociedade civil e fazer uma campanha para tentar modificar essa situação, porque a nível de serviço público nós não podemos esperar nada, porque o bem público ele está desviado para outros interesses como falou o

Vereador Otoniel Ferreira aqui e que nós vimos no dia-a-dia, na prática, violência social maior do que você está precisando de um hospital e você chegar com uma receita, uma solicitação de internação e voltar, o paciente voltar isso é a maior violência que existe, e isso passou a D. Maria Miranda, uma senhora da Vila do Equador. Com a parte a Vereadora **ILKA MALLA** - Eu queria fazer uma pergunta, em nome da população mais humilde de Roraima, antigamente se tinha um remédio que era dado pela CEME, porque que agora não há mais esse remédio para ajudar a população mais carente pela CEME, a Senhora pode me responder Vereadora. Vereadora Eugênia, a CEME, ela foi extinta pelo Governo Federal, a CEME era a Central de Medicamentos, que distribuía os medicamentos para todos os Estados brasileiros e por uma política do Governo Federal, por cada vez diminuir mais para os Estados e Municípios a sua contribuição no que diz respeito a recursos, eles acabaram com a CEME, mas existe laboratórios ligados ao Governo Federal, que é o da FURPI, que continua produzindo medicamento como se fosse da CEME, só que mudou o nome para FURPI e esses medicamentos são comprados pelos Municípios, comprados pelos Estados e distribuídos para a população e hoje é muito difícil essa aquisição de medicamentos, porque a matéria prima que esses laboratórios utilizam na fabricação de remédios, geralmente são matérias primas importadas. Vereadora **ILKA MALLA** - Me permita mas um pedacinho, mas não tem um jeitinho, porque eu tenho conversado com muitas pessoas humildes e não tem em lugar nenhum e nem com quem se dirigir para poder conseguir algum tipo desse remédio, que antigamente ajudava muito a população. – Bom hoje é muito difícil você conseguir um medicamento seja qualquer instituição pública, de qualquer instituição pública, de qualquer esfera, porque, justamente pela dificuldade da entrega do medicamento, por exemplo eu cobrei da secretaria Municipal de Saúde, medicamentos para os postos de saúde e aí a Secretária me mostrou a documentação, ela já comprou, o problema que a FURPI está entregando devagar, está entendendo, então o problema maior é esse, mais em comunidades maiores por aí, tem se criado as farmácias populares, as farmácias naturais, isso aí já é da sua competência Vereadora, isso daí e das cidades maiores as comunidades estão se unindo e estão fazendo farmácias naturais, farmácias populares, justamente para tentar amenizar a dor do paciente que não pode adquirir um medicamento, mas mesmo assim ele não pode ser substituído por um medicamento que seja prescrito pelo médico de forma alopatia., eu nada contra o homeopatia pelo contrário, eu só digo que não há possibilidade de substituição, bom ainda na questão da saúde, atendi respondi Vereadora a sua pergunta, a sim. A nossa farmacinha popular feito das ervas é que realmente as ervas no Brasil como eu sempre venho falando tem espécie de cento e vinte mil planta de ervas medicinais que vai para o exterior e vem cheio de química matando cada vez, então como realmente tem esse escasso muito grande de medicamento, inclusive o Prefeito já até mim procurou, para que nós possamos fazer um trabalho junto as comunidades, com o horto municipal é nos bairros, com as ervas medicinais para ajudar no tratamento da saúde da população, obrigada Vereadora pela a sua atenção. Ainda no contexto da saúde eu gostaria de fazer uma referência com relação a saúde da mulher, essa falta de sintoma entre os governos, entre as três esferas do governo, quem sai perdendo é povo, é um ringue que o mais poderoso eu comparo o Governo do Estado, que ele é o poderoso Mike Tyson ou o

Aromike, ainda perde para ele, porque na hora de determinar uma ação pública que devia ser em conjunto para beneficiar a população ele quer mostrar que é o mais forte e acaba não atendendo as necessidades da população é o programa de atendimento, é o programa de assistência integral a saúde da mulher, continua capengando eu sou usuária do sistema, não é o fato de eu ser médica que me exclui de ser usuária do sistema de saúde da mulher, uma vez que o SUS é um programa cidadão, nós escolhemos, que foi votado na Constituição brasileira que diz que a saúde é um dever do Estado em três direções: Federal, Estadual e Municipal e universalmente para um único cidadão, então não tem porque reclamar ou melhor a omissão do sistema de saúde é tão grande que as pessoas acabam, eles acabam desviando a atenção do usuário como se não fosse obrigação eles prestarem uma assistência a saúde o programa de assistência integral a saúde da mulher continua capenga e nós vimos aqui o Estado tem que ser um mero coordenador das nações e tem por lei apoiar os municípios a executarem as ações de saúde, isso é lei só que no nosso Estado a maioria dos municípios daqui caminham na contra mão da lei que é justamente apoiada pela falta de gerência no sistema de saúde do Estado, então os programas básico não funcionam como deveria, aí o programa de saúde do adolescente continua tocado a revelia a gravidez na adolescência é um programa social, a sociedade civil tem que ser sensibilizada também, não é só cobrar do poder público, isso é uma responsabilidade de cada um de nós são os nossos filhos, os filhos dos nossos irmãos, os filhos dos nossos amigos, então essa omissão reflete na qualidade de vida de cada um de nós, reflete porque quando nós temos no sistema de saúde equilibrado principalmente nas áreas básicas que é mulher, criança e adolescente principalmente quando não temos sistema equilibrado nessa área o reflexo da qualidade de vida está nas ruas, está na adolescente de 12 anos, de 13 anos fazendo o pré-natal, isso porque são buscadas em casa pelos os agentes comunitários de saúde que são gerenciados pelo município de Boa Vista, porque na verdade não existe um programa voltado para esse tipo de usuário, muito menos respeitando a cidadania e o que diz o sistema único de saúde, tem que aumentar a capacidade captura de som da população, a população tem que começar a ouvir mais o que a gente fala na saúde, porque não tem maior patrimônio deixado por Deus para um cidadão do que a sua saúde, ele pode ser um milionário, ele pode ser podre de rico, mas se não tiver saúde, aquilo ali é indiferente para ele, por isso eu falo nesse nível, nível de igualdade da população, por isso que nós estamos aqui nessa tribuna falando desses programas básicos de saúde, principalmente o programa de assistência integral a saúde da mulher, só para ilustrar não existe em nenhum sistema um programa voltado para mulher no climatérico, para mulher na menopausa, você vai em outros municípios brasileiros, você encontra programas específico, em outros estados você encontra programas específicos para atendimento da mulher nessa faixa da vida que é um terço da vida dela, a mulher passa um terço da vida dela em menopausa e não tem programa de reposição hormonal no sistema público então fica aqui o meu repúdio, a forma de gerenciamento e coordenação dos programas de saúde do Estado que impedem que o Município executem as suas ações, tentando reter o gerenciamento e a gestão como ele fosse nesse ringue em Myke Tayson, ou um Airomen, que na verdade a face que é batida, o resto que é batido é o do povo, muito obrigada.. Não havendo mais nenhum vereador que queira se pronunciar

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

no Grande Expediente, passou-se para o **INTERVALO REGIMENTAL,** o qual foi suprimido a requerimento verbal da Vereadora Maria Conceição. Em seguida Passou-se para a **ORDEM DO DIA**. Solicitamos ao Senhor Secretário para fazer a Leitura da Comissão de Justiça e Redação final do Projeto de Lei 020/98, de 1° de dezembro de 1998, que cria a Consultoria Jurídica Municipal e dá outras providências. Parecer da Relatora, Relatora Eugênia Glaucy, cria a Consultoria Jurídica Municipal e dá outras providências, Senhora de acordo com o Regimento Interno. Comissão de finanças parecer do Relator, dispõe sobre Cria consultoria Jurídica Municipal e dá outras providência, parecer 002/99, processo 049/98, relator Jader Linhares, Senhora Presidente, evocando nos termos Regimentais emito parecer, sobre o projeto de lei n° 020/98, de 1° de dezembro de 1998, de autoria do Poder Executivo que cria Consultoria Jurídica Municipal e dá outras providências, concluindo pelo o que expõe, na sua estrutura organizacional da Prefeitura já existe a Procuradoria Geral, a qual compete de acordo com o artigo 19 da lei Municipal n.° 295/93 entre as outras atribuições cuidar dos mesmos assuntos administrativos extra judiciais mencionados. Por este motivo nos colocamos de modo desfavorável ao presente projeto, uma vez entendemos que tal Consultoria só irá onerar mais ainda os combalidos cofres da Prefeitura, é o parecer da Comissão finanças, Jader Linhares, Maria da Conceição e Parimé Brasil. Em discussão o parecer, Vereadora **MARIA DE LOURDES PINHEIRO** – por uma questão de ordem, Senhora Presidente, eu gostaria de ouvir a colocação do Vereador da comissão sobre o parecer contrário e a explicação, quanto a questão de votação desse parecer. Os Vereadores da Comissão é o Jader Linhares- relator, mas o vereador Parimé Brasil e a Vereadora Maria da Conceição Ventura, que são da Comissão, também foram favoráveis ao parecer do Relator. O Parecer está contrário é assinados eles três, obrigada. Vereadora **ILKA MALLA-** Vereador questão de Ordem , dá para o Senhor ler de novo o parecer. O Secretário vai fazer a leitura dos três pareceres, primeiro. Vereadora **MARIA DE LOURDES** – uma questão de Ordem Senhora Presidente, eu acho que tem que colocar cada um para ser votado, não vota, logo em seguida o outro. Projeto de lei n° 020/ de 1° de dezembro de 1998, parecer da Relatora, processo n° 049/98 Relatora Eugênia Glaucy, Senhora Presidente de acordo com o Regimento Interno desta Casa Legislativa, passamos a emitir o parecer sobre o presente Projeto de Lei n.° 020/98 de autoria do Poder Executivo ao qual nos posicionamos favorável a sua aprovação, tendo em vista a sua constitucionalidade, é o parecer Vereadora Eugênia Glaucy – Relatora. Comissão de Legislação, Justiça e Redação final, a Ata aos 5 dias do mês de abril de 1999, às 11:00h em umas das dependências da Câmara Municipal de Boa Vista, reuni-se a comissão de Legislação, justiça e Redação final sobre a Presidência do Vereador Natanael Nascimento, Secretariado pela Vereadora Eugênia Glaucy de Moura Ferreira e o Membro Otoniel Ferreira de Souza, para apreciarem o parecer da Relatora Vereadora Eugênia Glaucy, dado ao Projeto de Lei n° 020/98 de autoria do Poder Executivo o qual dispõe sobre cria a Consultoria Jurídico Municipal e dá outras providências, aberto os trabalhos senhor Presidente, determinou a Senhora Secretária que fizesse a leitura do parecer em seguida o mesmo colocou em votação a matéria, tendo recebido o parecer favorável, nada mais a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual eu Eugênia Glaucy de Moura Ferreira

lavrei a presente Ata e depois de lida e achada nos conformes por mim e por todos assinada, sala das Comissões Vereador Natanael Nascimento, Secretária Eugênia Glaucy e o Membro Otoniel de Souza, Projeto de lei n.° 020 de 1° de dezembro de 1998, processo n° 049/98, parecer n.° 02 de 1999, relatora Vereadora Cristina Paim, Comissão de Educação, saúde e Assistência Social, Senhora Presidente evocando os termos do Regimento emito parecer para Comissão sobre o Projeto de lei n.° 020 que cria Consultoria Jurídica Municipal, concluído pelo que segue ainda que o Projeto não apresente nenhuma inconstitucionalidade, manifesto-me contrário a sua aprovação, posto que a Prefeitura de Boa Vista em sua estrutura organizacional já conta com a Procuradoria Geral, a qual compete de acordo com o artigo 19 da lei Municipal n.° 295/93 dentre outras atribuição cuidar dos mesmos assuntos administrativos. Vereadora **MARIA DE LOURDES** – Vereador uma questão por gentileza, esse projeto porque, qual foi a razão que ele passou pela Comissão de Educação e Saúde, esse projeto não passa pela essa Comissão, ele por duas Comissões, Justiça e Redação final e finanças e Orçamento, porque ele recebeu esse parecer. Vereadora **CRISTINA PAIM** – Senhora Presidente é uma questão de ordem, eu quero me posicionar aqui, Senhora Presidente quanto a Comissão de Educação da parecer, a Comissão de Educação dar parecer, a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, segundo o Regimento emite parecer em qualquer assunto que fale da estrutura Organizacional da Prefeitura. Eu acho que eu não estou mas interpretar o Regimento, tenho uma vaga impressão que essa Comissão, esse parecer ele passa pelas duas principais Comissões, eu gostaria de ouvir a nossa Assessora Jurídica sobre esse assunto. Vereador continue a leitura por favor. Além do mais a Prefeitura de Boa Vista atravessa uma crise financeira que é de conhecimento público não tendo inclusive até a presente data implantada a Secretaria Municipal de Infância e Juventude, Esporte e Lazer, cuja a criação foi aprovada por essa Casa ainda no exercício de 1998, sem falar no constante atraso no pagamento do funcionalismo Municipal, entendo assim que será uma irresponsabilidade desta casa, aprovar um projeto de lei que irá aumentar ainda mais as despesas do município com o pessoal, é o parecer, Vereadora Cristina Paim – relatora. Vereador **VINGTUM PRAXEDES** – Senhora Presidente questão de ordem, já que se criou-se esse problema aqui interno no Plenário, eu queria que ouvisse o Plenário aqui, se deve ser acatado ou não esse parecer, porque para mim não teria necessidade da Comissão de Educação e Saúde, dar parecer nesse projeto, não teria. Vereador não existe problema nenhum, três Comissões deram parecer o projeto quem decide o Plenário é o soberano, o projeto vai já entrar em discussão e votação. E solicito ao Senhor Secretário fazer a leitura do Projeto de lei. Projeto de Lei n° 020/98, que cria a Consultoria Jurídica Municipal e dá outras providências, o Prefeito Municipal de Boa Vista, capital do Estado de Roraima no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei, artigo 1°, solicito ao senhor Secretário fazer a chamada dos Senhores Vereadores Alfonso Rodrigues – Aprovo, Antônio Francisco Beserra Marques – presente, Braz Behnck - retificação de voto, Eugênia Glaucy – aprovo, Ilka Malla – aprovo, Jader Linhares – Justificado, José Ivanildo – justificado, Jesus Laranjeira – presente, Maria de Lourdes Pinheiro – presente, Maria da Conceição Ventura – presente, Natanael Nascimento – presente, Otoniel Ferreira de Souza – presente, Otília Pinto –

Presente, Parimé Brasil – presente, Sônia Bacelar- presente, Tereza Cristina Paim – Presente, Vingtum Praxedes – presente, Senhora Presidente 14 Vereadores presentes no Plenário. Solicito ao Senhor Secretário fazer a leitura do Projeto. Projeto de Lei n.°020/98. Cria Consultoria Jurídica Municipal e dá outras providências o Prefeito Municipal de Boa Vista capital do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei. Artigo 1° fica criada a Consultoria Jurídica Municipal com status de Secretaria e o encargo de Assessor o titular do poder executivo Municipal nos assuntos pertinentes a esfera administrativa e extra judicial dos interesses. Artigo 2°, o pessoal da Consultoria ora criado será composto mediante remanejamento de funcionários integrantes do quadro do Município de Boa Vista – Roraima. Artigo 3°, o Consultor Jurídico nomeado terá prazo de trinta dias contado da publicação da presente lei para elaboração do seu Regimento Interno que será aprovado pelo chefe do executivo municipal. Artigo 4° fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementar especial no valor de 5 mil reais para atender as despesas decorrente da implantação da consultoria, ora criado nos termos da lei n.° 4.320/64. Artigo 5°: a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, revogadas as disposições em contrário, Boa Vista, 1° de dezembro de 1998, Ottomar de Souza Pinto – Prefeito de Boa Vista Roraima. Em discussão. Vereadora **CRISTINA PAIM** – Senhora Presidente é apesar dos colegas concluírem que a nossa Comissão não tem motivo para emitir parecer, o projeto foi distribuído na nossa Comissão e como era competência da Comissão de Educação. Vereadora o projeto, vamos discutir o projeto, as comissões já até passou, ficou para trás, a discussão agora é só do projeto. Bom, continuando no projeto, eu quero dizer que nós somos contrários a aprovação desse projeto considerando a falta de recursos da Prefeitura, a Prefeitura conta com a PROGE, Procuradoria Geral do Município que conta com seis Procuradores, então eu quero poder licença aos colegas aqui para ler o artigo 19 da lei 295 de 08 de junho de 1993, modifica a estrutura organizacional da Prefeitura do Município de Boa Vista e dá outras providências, artigo 19 a Procuradoria Geral do Município PROGE é um órgão que presta serviço jurídico a Prefeitura competindo-lhe pronunciar-se sobre toda e qualquer matéria que lhe for submetida pelo Prefeito e seus órgãos do Executivo Municipal bem como, efetuar cobranças judiciais da dívida ativa e defender o Município em juízo, atuando ainda como órgão de assessoramento na elaboração de Projetos de leis, decretos, minutas de contrato e outras matérias de natureza jurídica, então qualquer assunto, encaminhado pelo Prefeito é competência da PROGE, tem o Procurador Geral e mais cinco procuradores na Prefeitura, no nosso entender não há necessidade de criar mais uma Secretaria, é uma consultoria com poderes a nível de Secretaria, segundo diz o projeto, o funcionalismo Municipal vive em constante atraso, quando nós chegamos em qualquer órgão da Prefeitura, os funcionários nos procuram para pedir para os vereador intercederem, para ver se eles conseguem atualizar o pagamento de salários, eles não podem estar pagando juros e multas, quando vão acertar as suas contas no final do mês, porque não tem o salário para pagar, então ano passado essa casa autorizou por pressão até eu digo popular dos estudantes, a criação da Secretaria da Infância e Juventude, esporte e lazer, a Câmara Municipal autorizou a criação e até hoje a Prefeitura não implantou essa Secretaria,

segundo foi dito aqui nesta Casa, nesse Plenário era uma promessa de Campanha, estavam querendo cumprir e a Secretaria da Infância e Juventude precisava desenvolver os projetos que nós fomos contrários, devido a toda aquela pressão, feita aqui pela juventude, nós cedemos a aprovação dessa Secretaria e hoje, até hoje, não foi implantada por falta, acredito eu, realmente por falta de recursos, então nos parece estranho chegar um Projeto desse, criação de mais um órgão, quando já tem outro órgão, então nos posicionarmos contrário a criação desta Consultoria, porque a Prefeitura já conta com esse serviço. Vereadora **EUGÊNIA GLAUCY** – Bom, eu quero concordar parcialmente com a Cristina Paim, parcialmente, eu não posso de maneira integral admitir que um Projeto que o Executivo envie para esta Casa, porque veja bem, o Poder Executivo é que sabe de suas necessidades administrativas, então Presidente, eu gostaria de informar aos Ilustres Vereadores a minha opinião a respeito disso, então nós que estamos na esfera administrativa, a pessoa que está administrando eu quero dizer é quem sabe das suas necessidades, eu não quero fomentar a criação de mais um órgão que venham até ficar sem atuar, não estou fomentando isso, eu estou só dizendo que se o Poder Executivo manda respeitosamente para esta Câmara, para esta Casa um Projeto para ter a sua opinião, é sinal que ele quer gerenciar, ele quer administrar em conjunto, quando ele manda para cá, ele quer administrar junto com o povo, porque afinal de conta, nós Vereadores aqui, somos nada mais, nada menos do que o povo do Município representado em cada cadeira dessa e o Prefeito quer administrar em conjunto com o povo, por isso pede a opinião desta Casa, opinião dos Senhores Vereadores nesses Projetos exclusivamente de interesse de ampliar o quadro administrativo da Prefeitura e obviamente está embuído uma necessidade óbvia e que é bem óbvio, eu não admito, eu não acredito que o Poder Executivo, iria tentar tomar uma atitude obsoleta para a Prefeitura, isso aí não tem sentido, então a minha opinião com relação a posição do Poder Executivo é que ele reconheça as suas necessidades administrativas, por isso deve ter elaborado esse Projeto e mandado respeitosamente para essa Casa, então se ele quisesse fazer de forma ditatorial, ele não pediria opinião dos Vereadores, porque já se passaram inúmeros Prefeitos que deixaram a Câmara a margem da Administração Pública, mas esse Prefeito aí, ele não está querendo isso, ele quer gerenciar ao lado dos Senhores Vereadores, então eu peço uma especial atenção a esse Projeto do Executivo que requer uma análise, com certeza uma necessidade de implantação dessa Consultoria Jurídica, muito obrigada Presidente. Vereadora **ILKA MALLA** - pois é, são por essas e outras que eu quero endossar as palavras da Vereadora Eugênia, porque quando o Prefeito vem elaborar um Projeto, é porque este Projeto realmente necessita de um órgão bem feito, em elaborado, bem conservado e que fique todo e qualquer trabalho dirigido a este órgão, é por causa disto que o Prefeito vem certamente fazer um projeto, para que amarre todos os trabalhos, tudo que é feito para o povo em cima de cada projeto que ele elabore aqui para os Vereadores analisarem e vê que realmente, ora na nossa casa quando nós fazemos um Projeto o que nós vamos fazer, nós vemos onde fica melhor para colocar um vassoura, uma colcha de cama ou seja lá o que for, mas mesmo assim a Prefeitura, quer dizer uma casa, a casa do povo, então lá, ela está fazendo o seu trabalho, direcionado ao povo com seus Projetos de Lei, os seus Órgãos a onde ele realmente quer mandar o trabalho feito e

cada qual Órgão, cada trabalho no seu Órgão, para que não haja nada que venha atrapalhar os trabalhos da Prefeitura, o Prefeito realmente junto com o planejamento, que tem pessoas lá, realmente para ver o que está faltando no planejamento da Prefeitura, ele vai deixar uma Prefeitura estruturada dentro com seus Órgãos, feitos os saneamentos dos seus Projetos em cada Órgão, por isso eu estou aqui endossando as palavras da Vereadora Eugênia Glaucy, votarei e estou aqui para discutir esse Projeto, que sei que realmente é um Projeto bom e que nós deveremos votar Vereadores, por que não. Com a palavra o Vereador **OTONIEL** – Discutindo o Projeto, deu para sentir que não se está aqui para botar panos quentes ou frios na cabeça do Prefeito, agora verifique-se só a Vereadora Eugênia que é Líder do Prefeito na Câmara, diz que o Prefeito mandou o Projeto de lei em respeito a esta Casa Legislativa, a medida em que poderia criar essa Consultoria Jurídica, sem a outiva do Poder Legislativo Municipal, olha Vereadora, errou redondamente porque isso aqui chama-se uma alteração no organograma da Prefeitura Municipal de Boa Vista e tem que ser através de leis e quem analisa, quem julga, quem aprova e reprova as leis é o Poder Legislativo Municipal, precisa que a Líder do Prefeito do Prefeito comece a vislumbrar dentro da sua ótica o caminho da Legalidade, essa é que é a grande verdade, agora querer aprovar o que o Prefeito manda para cá, isso daí todo mundo já conhece e eu li hoje aqui na folha de Boa Vista exatamente isso, por incrível que pareça e eu nem sabia se projeto vinha para cá e que fala que é uma constante, sabe que essa enxurrada de gente para apoiar governadores de plantão e isso é um fato, agora observe, fica criado a Consultoria Jurídica Municipal, com status de Secretaria e o encargo de Assessor o titular do Poder Executivo Municipal nos assuntos pertinentes a esfera administrativa e extra judicial dos interesses do Município, se o Prefeito tivesse mandado anexo a esse projeto, uma planilha de custo, de onde seriam retirados através de remanejamento de recursos esse dinheiro para pagar, são cinco mil reais o salário eu entendo inclusive que isso é tipo uma missa encomendada, isso chama-se missa encomendada para abrigar mais um que deva está aí, boiando e o Governo Municipal está tomando esse tipo de atitude, agora ele deveria mandar um projeto de lei, Presidente, tornando extinto a Procuradoria Geral do Município de Boa Vista, porque a partir que ele mandar um projeto nesses termos, a partir do momento que um projeto que tem inserido no seu bojo, cláusulas, artigos, como consta nesse daqui é uma demonstração de ineficiência da Procuradoria Geral do Município que está lá ocupando um monte de advogados sem fazer nada, essa que é a grande verdade, cria mais um cargo com status de Secretaria Municipal, exatamente para abrigar um cidadão, olha é triste dizer isso, agora se o chefe do Executivo Municipal fizesse uma pequena retrospectiva, jamais em momento legume criaria essa consultoria Jurídica, ele não criaria porque até hoje o Prefeito Municipal não conseguiu pagar inclusive o precatório que está lá. Vereador Otoniel vamos nos atentar no projeto? Sim mais é exatamente isso Presidente. Veja bem vereador, deixe as precatórias do Prefeito para outra hora, agora nós vamos discutir o projeto de lei. É exatamente minha doutra e querida Presidente, ora o Prefeito cria a Consultoria Jurídica, sabe são 60 mil reais por ano que vai ser gastos aqui independentemente dos encargos do INSS e outros tributos, são sessenta mil reais por ano, seria interessante inclusive que o Prefeito atentasse o pedido do meu amigo para mim criar isso, porque a Prefeitura não tem condições financeiras, nós

precisamos que o chefe do executivo municipal, crie meios, métodos e caminhos para melhor a educação, para melhora a saúde, esses sessenta mil reais com certeza serviria muito bem para atender esses caminhos, partindo do princípio de que isso daqui é uma missa encomendada, partindo do princípio de que, o projeto de lei não atende as necessidade e os anseios sociais, eu quero dizer que como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação final da Câmara , tivemos que dá o parecer favorável, acatar o parecer favorável da Ilustre Vereadora que foi designada Relatora porque o projeto não fere os preceitos constitucionais ou seja nem viciado de ilegalidade, entretanto nem por isso, eu posso me manifestar favorável, porque não há necessidade, é muito diferente de ser inconstitucional , por isso as pessoas perguntam puxa Otoniel como que você, assina um parecer favorável ao projeto de lei e se manifesta de maneira ex-adversa, o fácil porque entendo de que não há necessidade Senhora Presidente, é por isso inclusive eu quero conclamar aos meus colegas Vereadores para que se manifeste também contrário, não apenas se manifeste contrário, mas vote contra ao projeto de lei, porque não tem necessidade para isso, está ai a Prefeitura, a PROGE, Procuradoria Geral do Município, composta de um monte de advogados, inclusive todos competentíssimos, só resta saber se o Prefeito quer que eles trabalhem, pronto é preciso que o Prefeito chame por exemplo, está ali um advogado da Prefeitura e em excelente advogada, se desse a ela a competência para ela exercer essas atividades elaborativas profissionais, com certeza o Prefeito seria muito bem atendido e tenho certeza que ela não ganha cinco mil reais por mês como advogada, tenho consciência disso, mas vai criar um cargo para atender legume amigo que está ai desempregado. Não havendo mais nenhum Vereador que queira discutir o Projeto nós vamos passar para a votação Solicitamos ao Senhor Secretário fazer a chamada. Vereador desculpe eu não tinha visto que o senhor tinha pedido. Vereador **PARIMÉ BRASIL** – Senhora Presidente, eu vou me ater única e exclusivamente ao parece de finanças e orçamento, da qual faço parte. O parecer Vereador já foi votado, a discussão agora é só do projeto, já passou. Eu quero fundamentar Senhora Presidente o meu voto baseado no parecer da comissão de justiça. Sim os três pareceres já foram discutidos. Eu não vou discutir parecer Senhora Presidente, estou discutindo o projeto, mas para que eu fale do projeto, para que eu comente o artigo 4° do projeto eu tenho que me manifestar como membro da Comissão de Constituição e Justiça, claro de finanças e Orçamento, eu discutir o artigo 4°, como membro da Comissão de finanças e orçamento, dizendo que voto contra o projeto, porque o executivo teima em mandar para essa Casa, projetos de leis solicitando crédito especial suplementar e desrespeita a lei 4320 que determina que o Prefeito especifique, indique onde ele vai tirar esses recursos, determina a lei que o Prefeito dê ciência a essa Casa, onde dentro do Orçamento aprovado ele retire esses recursos para ser aplicado em projetos de leis, por esta razão Senhora Presidente como membro da Comissão de finanças e Orçamento, nós somos contrário a esse parecer, porque peca e pela sua, desculpe a Comissão de Justiça e redação, pela sua inconstitucionalidade no que diz respeito ao artigo 4°, não que diz respeito ao artigo 4° do presente projeto de lei. Eu faço o apelo à Liderança do Prefeito nesta Casa, Ilustre Vereadora Eugênia Glaucy, que sugira aos técnicos e aos Assessores de sua Excelência o Senhor Prefeito, que não abuse mais desta Casa, mandando projeto de lei para cá, sem

citar fonte de recurso, quando deseja uma dotação orçamentária especial, pois agora como Membro da Comissão de finanças e Orçamento, nós estamos dioturnamente verificando os erros exercidos tecnicamente pelos projetos de leis encaminhados a esta Casa pelo Senhor Prefeito Municipal. Senhora Presidente não existe mais nenhum Vereador inscrito para discutir o Projeto, solicitamos ao Senhor Secretário fazer a chamada dos vereadores para votação. Alfonso Rodrigues- pela aprovação, Antônio Francisco Beserra Marques- não, Braz Behnck – aprovo, Eugênia Glaucy – quero declarar o meu voto ao contrário do que fez referência o Vereador Otoniel. Ele falou que a PROGE não estaria trabalhando bem, eu acredito que a Consultoria Jurídica vem somar a PROGE, porque a PROGE está trabalhando sim, trabalhando exemplarmente, todos os projetos e processos que a gente acompanha juntos, aos municípios de Boa Vista principalmente, que estão na PROGE, que estão junto a PROGE, eles tem dado a atenção especial, acontece que a PROGE está sobrecarregada, eu tenho certeza, porque todos os dias nós estamos acompanhando determinadas situações junto a PROGE, então eu quero discordar parcialmente das opiniões do Vereador Otoniel, principalmente no que diz respeito à referência que ele fez a PROGE, dizendo que a PROGE não estaria trabalhando, não é verdade, a PROGE está trabalhando, a PROGE trabalha e a PROGE está sobrecarregada e com relação a competência das pessoas que estão lá, ela realmente é indiscutível, porque todos os procuradores que ali se encontram, são de competência mostrada, através de seu trabalho para toda a população, mas que está sobrecarregada, está, então por isso eu aprovo esse projeto, Ilka Malla – pela aprovação, Jader Linhares- Justificado, José Ivanildo – justificado, Jesus laranjeira – declarando o meu voto, depois de ouvir, já tendo acompanhado o projeto, tendo lido o projeto e agora acompanhando os debates eu quero agradecer ao Senhor Prefeito Municipal, a gentileza não, o cumprimento da obrigação, dizer o que a colega Eugênia disse é querer tapar o sol com a peneira e eu tenho certeza que o Prefeito não é burro, para fazer um trabalho desse através de decreto, quando ele mandou o projeto para cá, é porque ele quer de fato cumprir com a lei, só esqueceu uma coisa, como disse o Parimé informou de onde, qual a rubrica que irá sofrer a retirada desse dinheiro para pagar alguém, será que é da Educação que já está capenga, ou será da saúde que precisa de mais dinheiro, ou será de outra rubrica qualquer, a Procuradoria Geral do Município, tem capacidade e trem pessoas competentes para pelo menos, por esse ano que não tem dotação orçamentária para esse novo cargo, exercer essas funções, eu acho que quem sente o calo é quem calça o sapato e quem sente o calo da necessidade é o Barnabé Municipal, é o funcionário Municipal que muitas vezes não pode cumprir com suas obrigações, porque o salário está atrasado e aí vem um projeto de lei do Executivo, solicitando que nós que somos os representantes desse povo, demos a oportunidade de inchar mais essa folha de pagamento da Prefeitura, que mesmo que exista necessidade tem como se segurar até o final do ano, a procuradoria tem seis competentes advogados, então fazendo esse retrospecto eu chego mais uma vez a conclusão de que apesar da boa vontade do senhor Prefeito Municipal, apesar da sua consciência de estar cumprindo com a lei, quando mandar esse projeto para a Câmara reconhecendo nele a capacidade administrativa de que jamais ele iria na Prefeitura cometer tamanha arbitrariedade de baixar um decreto, criando esse cargo sem dar satisfação, sem dar cumprimento as leis,

mais mesmo assim com todos esse reconhecimento ao Prefeito Ottomar Pinto, eu posiciono e voto contra a aprovação desse projeto, Maria de Lourdes Pinheiro – eu voto contra ao projeto, Maria da Conceição Ventura- eu me abstenho, Natanael Nascimento – não, Otoniel Ferreira – só justificando voto, nós por ocasião da discussão a gente levantou aqui uma série de questões e eu quero dizer que a Dra. Lucíola, é uma das grandes causídicas da Prefeitura Municipal de Boa Vista e eu acho que ela tem competência de sobra para exercer essas atividades sem que haja a necessidade da criação dessa Consultoria, dessa forma e pelo aqui já foi explanado, nós se manifestamos contrário ao projeto de lei por não ser satisfatório e não exigir necessidade para tal, sobre pena de nós estarmos tentando comisso desprestigiar os advogados que compõem a Procuradoria Geral do Município, por essa razão nos manifestamos de maneira contrária ao Projeto de lei, Otília Pinto – eu voto pela aprovação do Projeto, Parimé Brasil – contra, Sônia Bacelar – não vota, Cristina Paim- declarando voto por todos os argumentos que já levantei anteriormente e dizendo que a oposição está colaborando com o seu Prefeito, quando vai rejeitar esse projeto, porque nós entendemos que ele sabe que a Prefeitura não tem essa disposição, essa disponibilidade financeira e acredito eu, nós estamos realmente colaborando com o seu Prefeito, então eu voto pela rejeição do Projeto, Vingtum Praxedes – justificativa de voto, eu tenho maior respeito pela imprensa do Estado de Roraima, até já antecipei o meu voto para a imprensa, porque as minhas decisões eu penso firmemente e quero dizer aqui que a Procuradoria Geral do Município a PROGE, e seis advogados já está suficiente, adequada para o Município de Boa Vista, não é necessário se criar mais despesa para uma população que depende mais ainda de serviço na área de saneamento, educação e saúde, do que de uma Assessoria Jurídica, por tanto senhora Presidente, projeto desse tipo o Vereador Vingtum Praxedes é contra e vai ser contra sempre nesta Casa Legislativa, Senhora Presidente cinco Vereadores disseram não, uma abstenção e 2 dois Vereadores ausentes e a Presidente que não vota, completando os 17. Declaramos o projeto de lei N.° 020/98 de 1° de dezembro de 1998, dispõe sobre a criação de uma Consultoria Jurídica Municipal e dá outras providências de autoria do Poder Executivo, não havendo mais nenhuma matéria para a Ordem do Dia de hoje, anunciamos a Ordem do Dia da próxima Sessão, em única discussão e votação o projeto de lei n.° 004/99, que cria o Conselho de Educação do Município de Boa Vista, estabelece vinculação, competência, composições e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo, em único discussão o projeto de lei de n.° 005/99, que libera áreas de terras urbanas que disciplina o patrimônio municipal e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo. Passou-se para as **EXPLICAÇÕES PESSOAIS.** Com a palavra a Vereadora **SÔNIA BACELAR -** Nós queremos parabenizar a nossa Assessora Maísa que ontem completou mais um ano de vida. À Maísa e a sua família nós desejamos muitos anos de vida, muitas felicidades e dizer que o seu trabalho para esta Casa é muito importante. Maísa obrigada e os nossos parabéns. Queremos que todos Vereadores recebam a cópia das Comissões dos dias de reuniões, para que possam comparecer as reuniões e tomar conhecimento dos projetos que estão tramitando para que possam apresentar as suas emendas. Não havendo mais nenhum Vereador inscrito nas Explicações Pessoais, a

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

Senhora Presidente agradeceu a presenças de todos e encerrou a Sessão. Plenário **"ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO"**, Boa Vista–RR, em 11 de maio de 1999. XXXX

SÔNIA MARIA BACELAR FERREIRA
Presidente

ANTÔNIO F^{co} BESERRA MARQUES
1º Secretário